

DECISÃO Nº 446/2014

(Decisão nº446/2014 consolidada)

(Revogada pela Resolução 093, de 28 de maio de 2021)

Alterações incluídas no texto:

Decisão nº 206/2018, de 13/07/2018

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, em sessão de 24/10/2014, tendo em vista o constante no processo nº 23078.009086/2014-41, de acordo com o Parecer nº 405/2014 da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 6.493, de 10 de setembro de 2014,

D E C I D E

aprovar as seguintes Normas de Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargo no primeiro nível de vencimento da Classe A na Carreira de Magistério Superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

CAPÍTULO I

DO CONCURSO, DOS CANDIDATOS E DA INSCRIÇÃO

Art. 1º - O ingresso na Carreira de Magistério Superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul far-se-á mediante Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargo no primeiro nível de vencimento da Classe A, tendo como requisito de ingresso o título de Doutor na área exigida no Concurso, segundo o que dispõe esta Decisão.

§1º - A exigência de título de Doutor poderá ser dispensada e substituída pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento na área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores de titulação acadêmica de doutor.

§2º - A dispensa de que trata o Parágrafo 1º se dará através de decisão fundamentada da Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, por delegação do Conselho Universitário.

Art. 2º - As inscrições para o concurso serão abertas pelo prazo de 15 (quinze) dias corridos, mediante publicação de Edital no Diário Oficial da União, com divulgação imediata na página da Universidade (www.ufrgs.br) e em jornal de grande circulação desta Capital.

Parágrafo único. No edital a ser publicado deve constar necessariamente o endereço eletrônico do sítio de Internet no qual estarão disponíveis:

- a) o edital de homologação das inscrições;
- b) a lista de documentos prevista no artigo 4º desta Decisão;
- c) o edital com a composição da Comissão Examinadora;

- d) o resultado preliminar do concurso;
- e) o edital com o resultado final do concurso;
- f) as instruções e os prazos para que os candidatos possam interpor recursos relativos a cada uma das etapas do concurso. **(parágrafo incluído pela Decisão nº 206/2018)**

Art. 3º - A inscrição será realizada exclusivamente pela Internet, com o preenchimento de formulário eletrônico e emissão de documento bancário para pagamento da taxa de inscrição, dentro do período de inscrição do concurso. A inscrição será considerada homologada após o recebimento de confirmação do pagamento da taxa bancária.

§1º - A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas fará a divulgação do Edital de homologação das inscrições, na página da Universidade, em 5 (cinco) dias úteis após o encerramento das inscrições.

§2º - No prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da divulgação das inscrições homologadas, caberá recurso da não homologação à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Art. 4º - Será divulgada na página da Universidade a lista de documentos abaixo especificados, para informação dos candidatos:

I - programa da Prova Escrita, programa da Prova Didática e programa da Prova Prática (quando houver), elaborados pelo Departamento, que sejam representativos da área de conhecimento do concurso;

II - disposições sobre a Defesa da Produção Intelectual das quais constem, no caso de concurso para regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, orientações sobre as características do Projeto de Pesquisa ou de Extensão, a critério do Departamento, podendo ser ouvida a Comissão de Pós-Graduação ou de Extensão, conforme o caso, a ser elaborado, apresentado e defendido pelo candidato;

III - Diretrizes de pontuação para o Exame de Títulos e Trabalhos;

IV - Disposições sobre a Prova Prática (quando for o caso);

V - Normas de Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargo no primeiro nível de vencimento da Classe A na Carreira de Magistério Superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

VI - Edital do Concurso.

§1º - As diretrizes de pontuação supramencionadas, a serem estabelecidas pelo Departamento interessado e homologadas pelo Conselho da Unidade, deverão determinar uma escala de valores máximos de pontos a serem dados aos títulos relevantes para a área de conhecimento, conforme Anexo IV destas Normas.

§2º - O Projeto supramencionado visa proporcionar ao candidato a oportunidade de demonstrar sua capacidade de elaborar projeto relevante para a área de conhecimento do Concurso.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO EXAMINADORA

Art. 5º - A Comissão Examinadora do Concurso, designada pelo Reitor e escolhida pelo Conselho da Unidade a partir de uma lista de cinco professores indicados pelo Departamento, que possuam título de Doutor e experiência na área, será composta por 2 (dois) professores em exercício no Magistério Superior, não vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul ou, se pertinente à área do Concurso, pesquisadores da carreira de pesquisa em ciência e tecnologia da administração federal direta definida pela Lei nº 8.691/93, e 1 (um) Professor Titular ou Associado, que possua título de Doutor e experiência na área, vinculado ao Departamento interessado, que presidirá a Comissão Examinadora.

§1º - No caso de haver impossibilidade de ser indicado pelo Departamento professor doutor em exercício no Magistério Superior não vinculado à UFRGS, admitir-se-á sua substituição, desde que fundamentada junto ao Conselho da Unidade e atendidas as demais exigências, por professor doutor aposentado no Magistério Superior, não vinculado à UFRGS.

§2º - Na impossibilidade de ser indicado, pelo Departamento, Professor Titular ou Associado a ele vinculado, admitir-se-á sua substituição, desde que fundamentada junto ao Conselho da Unidade e guardando-se a ordem de preferência por:

I - Professor Titular ou Associado aposentado do Departamento interessado que possua título de Doutor e experiência na área;

II - Professor Titular ou Associado em exercício lotado em outro Departamento da Universidade, de área afim, detentor do título de Doutor.

Art. 6º - A Comissão Examinadora terá como suplentes:

I - 1 (um) professor doutor Titular ou Associado vinculado à UFRGS, para o caso de substituição de membro titular vinculado à UFRGS, e 1 (um) professor doutor não vinculado, para o caso de substituição de membro titular não vinculado à UFRGS.

Art. 7º - É vedada a indicação para integrar a Comissão Examinadora de cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por consanguinidade e afinidade até o 3º grau.

~~Art. 8º - É igualmente vedada a indicação para integrar a Comissão Examinadora de pessoa que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos candidatos ou com os respectivos cônjuges, companheiro(a)s, parentes e afins até o 3º grau.~~

Art. 8º - É vedada a indicação para integrar a Comissão Examinadora de pessoa que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos

candidatos ou com os respectivos cônjuges, companheiro(a)s, parentes e afins até o 3º grau. **(redação dada pela Decisão nº 206/2018)**

Art. 8-A É igualmente vedada a indicação para integrar a Comissão Examinadora de pessoa que tenha sido orientador ou co-orientador acadêmico do candidato, em curso de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*, nos últimos 4 (quatro) anos; ou que ainda tenha sido co-autor de publicação, nos últimos 12 (doze) meses contados retroativamente ao primeiro dia do mês subsequente ao da publicação.

Parágrafo único – Os períodos mencionados no caput serão contados em relação a data da publicação do Edital do concurso no Diário Oficial da União. **(artigo incluído pela Decisão nº 206/2018)**

Art. 9º - A nominata dos membros titulares e suplentes da Comissão Examinadora será aprovada pelo(a) Colegiado/Plenária do Departamento e pelo Conselho da Unidade e dela será dado conhecimento à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, para que essa adote as providências administrativas cabíveis, viabilizando a designação da Comissão Examinadora pelo Reitor.

Art. 10 - A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas dará conhecimento, mediante Edital, da composição da Comissão Examinadora, tendo os candidatos devidamente inscritos o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do Edital na página da Universidade, para arguir o impedimento ou a suspeição de qualquer membro titular ou suplente da Comissão Examinadora, ou a composição da mesma, se constituída em desacordo com as normas deste Capítulo.

§1º - As arguições referidas no *caput* deste Artigo, devidamente motivadas e justificadas, serão feitas perante a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que as remeterá à Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE para que esta decida sobre o impedimento ou a suspeição num prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento das arguições, cabendo, num prazo de 5 (cinco) dias úteis após a ciência por parte do candidato, recurso da decisão ao Plenário do CEPE.

§2º - No caso de acolhimento da arguição ou impugnação, o expediente retornará à Unidade, a fim de que se proceda, novamente e num prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento do expediente, à escolha de tantos novos membros quantos tenham sido os impugnados, obedecendo-se, também nesse caso, ao que está disposto neste Capítulo.

Art. 11 - Considerar-se-á definitiva a Comissão Examinadora cuja composição não tenha sido arguida no tempo hábil indicado no *caput* do Art. 10.

Parágrafo único. Será expedida, pelo Reitor, Portaria de Designação da Comissão Examinadora definitiva, de acordo com o disposto neste Artigo, na qual constarão os nomes dos membros titulares e respectivos suplentes.

Art. 12 - A Comissão Examinadora, investida no Ato de Instalação do Concurso, deverá estar presente em todos os atos e provas do Concurso.

§1º - Antes da investidura dos membros da Comissão Examinadora, havendo impedimento superveniente de membro titular da Comissão designada pela Portaria do Reitor referida no Parágrafo único do Art. 11, o respectivo membro suplente já designado ocupará o seu lugar. No caso de atraso por parte de membro(s) da Comissão Examinadora, o Concurso poderá ter seu início adiado em até 24 (vinte e quatro) horas. Nesse caso, o Departamento afixará, no local designado para o Ato de Instalação do Concurso, documento informando a nova data, horário e local para o seu início.

§2º - Após o Ato de Instalação da Comissão Examinadora, havendo impedimento eventual e por motivo de força maior de um de seus membros, suspender-se-á o Concurso por um período não superior a 2 (dois) dias úteis, lavrando-se ata especial e pormenorizada e elaborando-se novo cronograma.

§3º - Havendo impedimento definitivo de algum dos membros da Comissão Examinadora, durante a realização de qualquer das fases do Concurso, serão anulados os atos realizados por essa Comissão. Nesse caso, será indicada nova composição de Comissão Examinadora, sendo o Concurso retomado a partir dessa indicação.

CAPÍTULO III DO CRONOGRAMA

Art. 13 - Compete ao Chefe do Departamento, consultados os membros da Comissão Examinadora, fixar o cronograma das atividades e das provas.

§1º - O cronograma a que se refere o *caput* será divulgado na página da Universidade, para ciência dos candidatos inscritos.

§2º - O Concurso terá início no prazo de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias corridos, a contar da divulgação pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, na página da Universidade, da Portaria de Designação da Comissão Examinadora, desde que este prazo não seja inferior a 60 (sessenta) dias da publicação do Edital do Concurso no Diário Oficial da União, exceto se a redução deste prazo for autorizada pelo Ministério da Educação.

§3º - O cronograma publicado deverá incluir a data e o horário do Ato de Instalação do Concurso, as datas e horários das provas por candidato e a data e horário do Ato de Abertura dos Envelopes, incluindo o cálculo e proclamação das médias finais e da classificação preliminar do Concurso.

CAPÍTULO IV DAS MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Art. 14 - O concurso será realizado em fase única, à qual poderão se submeter todos os candidatos com inscrição homologada, resguardando o que determina o Art. 15.

§1º - A Prova Escrita e a Prova Didática serão eliminatórias e classificatórias e o candidato deverá obter nota mínima 7,0 (sete vírgula zero) em cada uma delas para lograr aprovação.

§2º - O Exame de Títulos e Trabalhos, a Defesa da Produção Intelectual e a Prova Prática, se houver, serão classificatórios.

§3º - A Defesa da Produção Intelectual, as Provas Escrita, Didática e, se aplicável, Prática, serão realizadas em língua portuguesa, exceto deliberação em contrário por parte do Departamento que realiza o concurso, constando tal deliberação do Edital do Concurso.

§4º - O Exame de Títulos e Trabalhos deverá ser realizado após a Prova Escrita.

CAPÍTULO V DA REALIZAÇÃO DO CONCURSO

Art. 15 - O Ato de Instalação do Concurso será presidido pelo Diretor da Unidade, seu substituto legal ou pessoa designada pela Direção, na presença da Comissão Examinadora e dos candidatos presentes, e constituir-se-á em:

I - investidura dos membros da Comissão Examinadora e de seu Presidente;

II - entrega, pelos candidatos, de cópia impressa de seu *curriculum vitae* documentado, do título e resumo de sua Prova Didática e, caso o Concurso seja realizado para regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, de cópia impressa de seu Projeto de Pesquisa ou de Extensão, cujas características serão divulgadas na página da UFRGS juntamente ao Edital do Concurso;

III - organização das relações de pontos para a Prova Escrita e para a Prova Prática, se houver, desmembrados dos Programas referidos no Art. 4º, inciso I, e sua apresentação aos candidatos;

IV - oportunidade para manifestação, pelos candidatos, de objeções e reparos à relação de pontos;

V - decisão soberana, pela Comissão Examinadora, sobre a reformulação da relação de pontos, se couber;

~~VI - sorteio da ordem de apresentação dos candidatos nas provas públicas;~~

VI - sorteio da ordem de apresentação dos candidatos nas provas públicas e, mesmo quando, excepcionalmente, não for pública, na Prova Prática; **(redação dada pela Decisão nº 206/2018)**

VII - reformulação do cronograma do Concurso em razão do número de candidatos presentes.

§1º - Não será permitida a participação, no Concurso, de candidato que não esteja presente no início do Ato de Instalação do Concurso.

§2º - O candidato que não entregar o *curriculum vitae* documentado, o título e resumo da Prova Didática, bem como o Projeto de Pesquisa ou de Extensão (quando for o caso), no Ato de Instalação do Concurso será excluído do certame; não será aceita complementação de *curriculum vitae* ou anexação posterior de documentos comprobatórios.

§3º - O Ato de Instalação encerrar-se-á com leitura de ata pormenorizada, aprovada e assinada pelos membros da Comissão Examinadora, que inclua observações e/ou discordâncias manifestadas por escrito por qualquer membro da Comissão Examinadora e/ou por qualquer candidato.

Art. 16 - A Prova Escrita será iniciada em prazo não superior a 30 (trinta) minutos após o encerramento do Ato de Instalação ao qual alude o Art. 15.

Parágrafo único. Não será permitida a participação na Prova Escrita de candidato que não esteja presente no início da Prova.

Art. 17 - A Prova Escrita será realizada obedecendo-se aos seguintes procedimentos:

I - da relação de pontos organizada pela Comissão Examinadora será sorteado um ponto único para todos os candidatos, devendo o sorteio ser realizado de maneira pública;

II - a prova deverá ter início em um prazo não superior a 15 (quinze) minutos após o sorteio do ponto e terá a duração de 4 (quatro) horas;

III - durante a primeira hora após o início da prova, será permitida a consulta a material bibliográfico de domínio público, em papel, previamente aprovado pela Comissão Examinadora;

IV - é facultado ao Departamento, considerando as especificidades da área, permitir a consulta a material bibliográfico de domínio público, em papel, previamente aprovado pela Comissão Examinadora, durante todo o período de realização da prova, devendo tal decisão constar obrigatoriamente do Edital do Concurso;

V - a Prova escrita será redigida obrigatoriamente por meio digital, com a utilização de editores específicos, previamente divulgados no Edital do Concurso, resultando em um arquivo de nome codificado como forma de garantir o anonimato de sua autoria.

§1º - O horário de início e término da realização da Prova Escrita de cada candidato deverá ser consignado em Ata.

§2º - Cabe ao Departamento que realiza o concurso estabelecer a metodologia de codificação/descodificação da autoria da Prova Escrita, de forma a garantir e manter o anonimato desta.

Art. 18 - A avaliação da Prova Escrita respeitará obrigatoriamente os seguintes critérios objetivos:

I - aderência ao tema proposto;

II - demonstração do domínio, da amplitude e do aprofundamento do conteúdo acadêmico proposto;

III - observância dos princípios científicos norteadores da área específica do concurso;

IV - utilização adequada de apoio teórico, observando a perspectiva crítico-analítica;

V - domínio de redação e linguagem;

VI - coerência e objetividade.

Art. 19 - A avaliação da Prova Escrita pela Comissão Examinadora dar-se-á, obrigatoriamente, em sessão não pública, para assegurar o anonimato da Prova.

Art. 20 - Após a avaliação da Prova Escrita de cada candidato, conforme estabelecido nos Artigos 18 e 19, cada examinador atribuirá o seu grau ao respectivo candidato, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), na planilha Modelo A (Anexo I desta Decisão), datando-a, assinando-a e colocando-a no envelope opaco previamente identificado com o código do candidato e com a modalidade de avaliação a que se refere; uma vez colocadas todas as planilhas no envelope, este será lacrado e assinado pelos membros da Comissão Examinadora, de modo a assegurar o sigilo e a imutabilidade do grau atribuído.

Art. 21 - O Exame de Títulos e Trabalhos será realizado em sessão não pública

Art. 22 - Admitir-se-ão como Títulos, conforme valores e indicadores objetivos listados no Anexo IV destas Normas, o conjunto de documentos que demonstrem:

I - inserção na área de conhecimento do concurso, atividades administrativas e de atuação profissional;

II - produção de conhecimento;

III - atividade acadêmica.

§1º - Os documentos comprobatórios de Mestrado e/ou de Doutorado obtidos em curso ou programa nacional não credenciado ou estrangeiro deverão estar previamente revalidados ou reconhecidos.

§2º - Cada membro da Comissão Examinadora preencherá, individualmente, a tabela de Pontuação do Exame de Títulos e Trabalhos, datando-a e assinando-a.

§3º - Após a conclusão do Exame de Títulos e Trabalhos, cada examinador atribuirá o seu grau a cada um dos candidatos, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), na planilha Modelo B (Anexo II desta Decisão), assinando-a e datando-a.

§4º - Após a atribuição dos graus, cada examinador colocará a planilha Modelo B, assinada e datada, bem como as tabelas de Pontuação do Exame de Títulos e Trabalhos (Anexo IV desta Decisão), assinadas e datadas, em envelope opaco a ser imediatamente identificado com o nome do candidato e com a modalidade de avaliação a que se refere; uma vez colocadas todas as planilhas no envelope, este será lacrado e assinado pelos membros da Comissão Examinadora, de modo a assegurar o sigilo e a imutabilidade do grau atribuído.

Art. 23 - Será lavrada ata pormenorizada após o Exame de Títulos e Trabalhos, a qual especificará as horas de início e término do referido Exame.

Art. 24 - A Defesa da Produção Intelectual, com duração máxima de 80 (oitenta) minutos, realizar-se-á em sessão pública e será gravada para efeito de registro e avaliação, observado o que segue:

I - exposição oral da produção intelectual do candidato e, se for o caso, de seu Projeto de Pesquisa ou de Extensão, com duração máxima de 20 (vinte) minutos;

II - arguição de 10 (dez) minutos, no máximo, por examinador e tempo idêntico para a manifestação do candidato.

§1º - A inobservância do tempo previsto no inciso I, para mais, afetará o grau a ser atribuído ao candidato à razão de 0,10 (um décimo) ponto por minuto.

§2º - O horário de início e de término da Defesa da Produção Intelectual de cada candidato deverá ser consignado em ata.

§3º - Não será permitida a participação na Defesa da Produção Intelectual de candidato que não esteja presente no horário estabelecido para o início de sua Defesa.

Art. 25 - A avaliação da Defesa da Produção Intelectual respeitará obrigatoriamente os seguintes critérios objetivos:

I - domínio dos temas e ideias que tenham dado sustentação à produção intelectual do candidato, com ênfase na contribuição para a área de conhecimento objeto do concurso;

II - contemporaneidade, extensão, profundidade e evolução dos conhecimentos do candidato na área de conhecimento objeto do concurso;

III - relevância das atividades realizadas, bem como a contribuição científica, técnica e/ou artística do candidato para a área de conhecimento objeto do concurso;

IV - avaliação do Projeto de Pesquisa ou de Extensão, quando for o caso, cuja análise deverá estar fundamentada nos seguintes aspectos: relevância, adequação, originalidade e pertinência das referências do projeto apresentado.

Art. 26 - A Prova Didática, em tema de livre escolha do candidato dentro do programa estabelecido pelo Departamento, conforme inciso I do Artigo 4º destas Normas, será pública e gravada para efeito de registro e avaliação, com duração de 45 (quarenta e cinco) a 55 (cinquenta e cinco) minutos.

§1º - A inobservância do tempo previsto no *caput* deste Artigo, para mais ou para menos, afetará o grau a ser atribuído ao candidato à razão de 0,10 (um décimo) ponto por minuto.

§2º - O horário de início e de término da Prova Didática de cada candidato deverá ser consignado em ata.

§3º - Não será permitida a participação na Prova Didática de candidato que não esteja presente no horário estabelecido para o início de sua Prova.

Art. 27 - A avaliação da Prova Didática respeitará obrigatoriamente os seguintes critérios objetivos:

I - adequação científica, técnica e/ou artística do tema à área do concurso;

II - domínio do tema;

III - capacidade de organizar as ideias com objetividade, rigor lógico e espírito crítico;

IV - clareza didática.

~~Art. 28 — A Prova Prática é uma testagem de habilidades práticas do candidato na área do Concurso e, quando houver, terá natureza, forma, duração e critérios objetivos de avaliação estabelecidos pelo Departamento, levando em conta a natureza e as peculiaridades da área específica, e obedecerá o disposto a seguir:~~

Art. 28 - A Prova Prática, quando houver, consistirá de uma testagem de habilidades práticas do candidato na área do concurso e obedecerá ao disposto a seguir: **(redação dada pela Decisão nº 206/2018)**

I - da relação de pontos específica organizada pela Comissão Examinadora será sorteado um ponto para cada candidato, podendo haver reposição do ponto sorteado para sorteios posteriores;

II - o tempo decorrido entre o sorteio do ponto e o início da prova deverá ser igual para todos os candidatos;

III - se o Departamento assim o decidir, será dado um prazo de 30 (trinta) minutos para que cada candidato redija um relatório escrito sobre o trabalho realizado;

IV - se a Prova Prática envolver apresentação oral, esta deverá ser gravada para efeito de registro e avaliação.

~~Parágrafo único. Não será permitida a participação na Prova Prática de candidato que não esteja presente no horário estabelecido para o início de sua Prova.~~

§ 1º Não será permitida a participação na Prova Prática de candidato que não esteja presente no horário estabelecido para o início de sua Prova.

§ 2º - A natureza, a forma, a duração e os critérios objetivos de avaliação deverão ser estabelecidos pelo Departamento, levando em conta a natureza e as peculiaridades da área específica, e publicados no edital do concurso.

§ 3º - A Prova Prática deverá ser pública, salvo entendimento contrário do Departamento por existir risco claro de que a participação de pessoas que não apenas os membros da Comissão Examinadora e da equipe de suporte interfira nas condições adequadas de sua realização, caso em que o Departamento deverá elaborar justificativa pormenorizada para que a realização desta Prova não seja pública.

§ 4º - A justificativa expressa no parágrafo 3º deverá ser anexada ao processo de solicitação de abertura do concurso. **(redação dada pela Decisão nº 206/2018)**

Art. 29 - Após a conclusão de cada uma das Provas de Conhecimento e da Defesa de Produção Intelectual de cada candidato, cada examinador atribuirá o seu grau ao respectivo candidato, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), na planilha Modelo B (Anexo II desta Decisão), datando-a, assinando-a e colocando-a em envelope opaco a ser imediatamente identificado com o nome do candidato e com a modalidade de avaliação a que se refere; uma vez colocadas todas as planilhas no envelope, este será, lacrado e assinado pelos membros da

Comissão Examinadora e pelo respectivo candidato, de modo a assegurar o sigilo e a imutabilidade do grau atribuído.

Art. 30 - Após o encerramento de todos os procedimentos de cada uma das Provas de Conhecimento e da Defesa da Produção Intelectual, será lavrada ata pormenorizada de todos os fatos ocorridos durante a realização da Prova que inclua observações e/ou discordâncias manifestadas por escrito por qualquer membro da Comissão Examinadora e/ou por qualquer candidato, e que especifique as horas de início e término de cada Prova de cada candidato.

CAPÍTULO VI DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 31 - Logo após a realização da última modalidade de avaliação do Concurso, o Presidente da Comissão Examinadora procederá, em ato público, à abertura dos envelopes com as planilhas Modelo A e B (Anexos I e II desta Decisão).

§1º - O Presidente da Comissão Examinadora procederá à descodificação da autoria da Prova Escrita a partir das informações fornecidas pelo Departamento, conforme Art. 17, parágrafo 2º, destas normas, para identificação da avaliação de cada candidato.

§2º - O Presidente da Comissão Examinadora solicitará que cada membro da Comissão Examinadora proclame o grau conferido a cada candidato em cada prova.

§3º - Os graus serão lançados na planilha Modelo C (Anexo III desta Decisão), previamente rubricada pelo Chefe do Departamento, para imediata realização dos cálculos pertinentes às notas finais obtidas pelos candidatos em cada uma das avaliações.

§4º - Para cada uma das modalidades de avaliação abaixo especificadas, cada candidato terá uma nota final, a qual será a média aritmética simples dos graus atribuídos pelos três examinadores, calculada até a segunda decimal sem arredondamento:

- I - Prova Escrita;
- II - Exame de Títulos e Trabalhos;
- III - Defesa da Produção Intelectual;
- IV - Prova Didática;
- V - Prova Prática, se houver.

§5º - A média final de cada candidato será calculada pela média aritmética das notas finais do Exame de Títulos e Trabalhos, da Defesa da Produção Intelectual e das Provas referidas nos incisos I, IV e V do §4º, calculada até a segunda decimal sem arredondamento.

§6º - Após o cálculo da média final, a planilha Modelo C (Anexo III desta Decisão) deverá ser assinada por todos os membros da Comissão Examinadora.

Art. 32 - Considerar-se-ão aprovados os candidatos que alcançarem média final mínima 7 (sete), na escala de 0 (zero) a 10 (dez), e não tiverem nota

final menor do que 7 (sete), na escala de 0 (zero) a 10 (dez) nas Provas Escrita e Didática nem nota final 0 (zero) em nenhuma das modalidades de avaliação realizadas.

Parágrafo único. Os candidatos que não comparecerem a uma ou mais das modalidades de avaliação estarão automaticamente desclassificados, não sendo calculadas suas médias finais.

Art. 33 - Os candidatos aprovados serão classificados pela média final, em ordem decrescente, de modo que o candidato com maior média ocupará preliminarmente o primeiro lugar.

Art. 34 - Ocorrendo empate, utilizar-se-ão os seguintes critérios:

§1º - Dar-se-á preferência, para fins de classificação, ao candidato que tiver idade mais elevada, caso se trate de candidato com 60 (sessenta) anos completos ou mais; e, para subseqüentes desempates, ao candidato que tiver obtido a nota final mais alta na Prova Didática, no Exame dos Títulos e Trabalhos, na Prova Escrita, na Prova Prática (se houver) e na Defesa da Produção Intelectual, obedecida esta ordem.

§2º - Para candidatos com até 59 (cinquenta e nove) anos completos, dar-se-á preferência, para fins de classificação, ao candidato que tiver obtido a nota final mais alta na Prova Didática e, para subseqüentes desempates, no Exame dos Títulos e Trabalhos, na Prova Escrita, na Prova Prática (se houver) e na Defesa da Produção Intelectual, obedecida esta ordem; persistindo o empate, terá precedência o candidato de mais idade.

Art. 35 - O resultado preliminar do Concurso será proclamado pelo Presidente da Comissão Examinadora, imediatamente após a conclusão dos trabalhos referidos nos Artigos 31, 32, 33 e 34, lavrando-se ata pormenorizada relativa a este Ato onde constará a relação dos aprovados e sua respectiva classificação, assim como os candidatos reprovados, desclassificados e os excluídos do certame por não comparecimento.

Art. 36 - Após esses atos públicos, a Comissão Examinadora elaborará o Parecer Final, em que relatará as ocorrências do Concurso, devidamente registradas nas atas correspondentes, e indicará expressamente, dentre todos os candidatos inscritos, os candidatos aprovados com a respectiva classificação preliminar, bem como os reprovados e os ausentes.

Parágrafo único. Consideram-se parte integrante do Parecer Final, e a ele devem estar anexos para fazer parte do processo de resultado do Concurso, as atas, as planilhas com atribuição dos graus (Modelo A e Modelo B), as planilhas com os cálculos das notas finais de cada candidato (Modelo C), as tabelas de Pontuação do Exame de Títulos e Trabalhos preenchidas individualmente pelos avaliadores, o cronograma final do Concurso e a relação dos pontos das Provas Escrita, Prática (se houver) e o programa da Prova Didática.

Art. 37 - O Departamento, após conhecimento da Direção da Unidade, fará publicar no site da UFRGS, através da PROGESP, as notas de todas as

provas de todos os candidatos, suas respectivas médias, bem como a classificação preliminar do concurso, para amplo conhecimento.

CAPÍTULO VII DA VISTA DAS PROVAS E DOS RECURSOS

Art. 38 - O candidato poderá solicitar vista de suas provas ao Departamento a partir do momento da publicação, no site da UFRGS, da classificação preliminar no concurso.

Parágrafo único. A solicitação de vista das provas deve ser realizada através de processo protocolado junto ao Protocolo Geral da UFRGS.

Art. 39 - O prazo para interposição de recurso junto ao Departamento inicia-se imediatamente após a publicação da classificação preliminar no Concurso no site da UFRGS, dentro de um prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§1º - O recurso deverá estar devidamente motivado e justificado, apontando explicitamente as inconformidades do candidato.

§2º - O Departamento só aceitará recurso relativo às notas das provas.

Art. 40 - O Departamento terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para o julgamento dos recursos, se houver, após o que procederá à publicação dos resultados desse julgamento no site da UFRGS.

Art. 41 - O Parecer Final da Comissão Examinadora, com a respectiva documentação anexa, será apreciado pela Câmara de Graduação do CEPE, que o homologará ou não, esgotadas todas as possibilidades de esclarecimentos e/ou correção, mediante diligências, quando couber, fundamentando, em ambos os casos, sua decisão por escrito.

§1º - Da decisão da Câmara de Graduação do CEPE poderá qualquer de seus membros lavrar voto divergente, que será recebido e processado pelo Plenário do CEPE, como recurso *ex officio*.

§2º - Das decisões da Câmara de Graduação do CEPE ou do Plenário do CEPE, quando for o caso, serão informados todos os candidatos, através de Edital publicado no Diário Oficial da União e de divulgação na página da Universidade.

Art. 42 - Das decisões da Câmara de Graduação do CEPE caberá recurso, de parte legítima, somente ao Plenário do CEPE, devendo ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do Edital de Resultado Final no Diário Oficial da União. O recurso terá efeito suspensivo e deverá entrar em pauta para deliberação no Plenário no prazo máximo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, mediante justificativa e excepcionalmente, por igual período.

Parágrafo único. O recurso deverá estar devidamente fundamentado, não se conhecendo em Plenário recurso que não indique possíveis irregularidades e os fundamentos recursais.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, adotará todas as providências indispensáveis à fiel execução destas Normas.

Art. 44 - Os candidatos habilitados e classificados deverão apresentar, para ingresso na Carreira de Magistério Superior, os documentos exigidos em lei e nos respectivos Editais e o certificado de proficiência em Língua Portuguesa no caso de candidatos estrangeiros.

Art. 45 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CEPE.

Art. 46 - A contagem dos prazos previstos nas presentes Normas far-se-á na forma dos Artigos 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Sempre que as certificações oficiais se fizerem por diversos modos de divulgação, os prazos serão contados a partir da data da certificação que tiver sido feita por último.

Art. 47 - Revogam-se as Decisões nº 164/2013, nº 228/2013, nº 204/2010 e nº 419/2012 do Conselho Universitário e a Resolução nº 28/91 do Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa, bem como outras disposições em contrário.

Art. 48 - Esta Decisão entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2014.

(o original encontra-se assinado)
CARLOS ALEXANDRE NETTO,
Reitor.

ANEXO I - PLANILHA MODELO A

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO NO PRIMEIRO NÍVEL DE VENCIMENTO DA CLASSE A NA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UFRGS

UNIDADE:

DEPARTAMENTO:

ÁREA/SUBÁREA DE CONHECIMENTO:

CÓDIGO DO CANDIDATO:

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO: PROVA ESCRITA

GRAU ATRIBUÍDO

--	--

(POR EXTENSO)

Porto Alegre, de de

NOME DO EXAMINADOR:

ASSINATURA:

(planilha previamente rubricada pelo Chefe do Departamento)

ANEXO II - PLANILHA MODELO B

**CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO NO PRIMEIRO NÍVEL DE VENCIMENTO DA
CLASSE A NA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UFRGS**

UNIDADE:

DEPARTAMENTO:

ÁREA/SUBÁREA DE CONHECIMENTO:

NOME DO CANDIDATO:

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO:

GRAU ATRIBUÍDO

--	--

(POR EXTENSO)

Porto Alegre, de de

NOME DO EXAMINADOR:

ASSINATURA:

(planilha previamente rubricada pelo Chefe do Departamento)

ANEXO III - PLANILHA MODELO C

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO NO PRIMEIRO NÍVEL DE VENCIMENTO DA CLASSE A NA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UFRGS

UNIDADE:

DEPARTAMENTO:

ÁREA/SUBÁREA DE CONHECIMENTO:

NOME DO CANDIDATO:

PLANILHA DE NOTAS POR AVALIADOR, NOTAS FINAIS E MÉDIA FINAL

Avaliadores	Prova Escrita	Exame de Títulos e Trabalhos	Defesa da Produção Intelectual	Prova Didática	Prova Prática (se houver)	
1º Avaliador						
2º Avaliador						
3º Avaliador						
Nota Final da Avaliação	NF1	NF2	NF3	NF4	NF5	MF

ONDE

NF1 = Nota Final na Prova Escrita

NF2 = Nota Final no Exame de Títulos e Trabalhos

NF3 = Nota Final na Defesa da Produção Intelectual

NF4 = Nota Final na Prova Didática

NF5 = Nota Final na Prova Prática (quando houver)

1. Quando houver Prova Prática:

$$MF = \text{Média Final} \quad \square \quad MF = \frac{NF1 + NF2 + NF3 + NF4 + NF5}{5}$$

2. Quando não houver Prova Prática:

$$MF = \text{Média Final} \quad \square \quad MF = \frac{NF1 + NF2 + NF3 + NF4}{4}$$

Porto Alegre, de de

COMISSÃO EXAMINADORA

NOME: _____ ASSINATURA: _____

NOME: _____ ASSINATURA: _____

NOME: _____ ASSINATURA: _____

CHEFE DO DEPARTAMENTO

NOME: _____ ASSINATURA: _____

ANEXO IV - TABELAS DE PONTUAÇÃO DO EXAME DE TÍTULOS E TRABALHOS

UNIDADE:

DEPARTAMENTO:

ÁREA/SUBÁREA DE CONHECIMENTO:

NOME DO CANDIDATO:

TABELA 1: Grupo de Indicadores de Inserção na Área de Conhecimento do Concurso e de Atividades Administrativas e Atuação Profissional (Peso entre 5% e 10% da nota do exame de títulos e trabalhos).

a) É desejável que o candidato pontue em vários tipos de indicadores da tabela abaixo, não necessariamente em todos, dadas as especificidades de cada área.

b) O peso da tabela abaixo é atribuído pelo Departamento que está organizando o Concurso Público.

c) Cada Departamento definirá os valores máximos dos tipos de indicadores da tabela abaixo de acordo com as especificidades da área do Concurso, sendo que o valor mínimo é zero.

d) O Departamento pode adicionar, modificar, eliminar indicadores da tabela abaixo, de acordo com a área do Concurso.

e) O valor de cada tipo de indicador atribuído pelo examinador reflete a totalidade dos itens daquele tipo de indicador e não os itens individuais que o compõem.

f) A pontuação de cada candidato por grupo de indicadores é calculada pela soma dos valores dos tipos de indicadores obtida pelo candidato (no máximo 10 pontos), multiplicada pelo respectivo peso da tabela abaixo.

g) Se a soma dos valores dos tipos de indicadores obtida pelo candidato for maior do que 10 pontos, o candidato obterá a pontuação máxima de 10 pontos, independentemente da soma dos valores por ele obtida.

h) A pontuação dos candidatos neste grupo de indicadores é calculada pelos examinadores através da seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação_Grupo_1} = \text{Soma_Tabela_1} \times \text{Peso_Tabela_1}$$

Onde:

Pontuação_Grupo_1: Pontuação do candidato no grupo de indicadores da Tabela 1 (no máximo 10 pontos), calculada pelo examinador.

Soma_Tabela_1: Soma dos valores dos tipos de indicadores da Tabela 1 obtidos pelo candidato (saturada em 10 pontos, se for o caso), calculada pelo examinador.

Peso_Tabela_1: *Peso do Grupo de Indicadores da Tabela 1; o peso é definido pelo Departamento que organiza o Concurso. O peso deste grupo de indicadores tem valor entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), ou seja, entre 0,05 e 0,1.*

Tabela 1 – Grupo de Indicadores de Inserção na Área de Conhecimento do Concurso e de Atividades Administrativas e Atuação Profissional (**peso entre 5% e 10% da nota do exame de títulos e trabalhos**).

TIPO DE INDICADOR	Valor máximo atribuído pelo Departamento ao tipo de indicador (o valor mínimo é zero)	Valor no tipo de indicador atribuído pelo Examinador ao candidato
Participações em órgãos de fomento e em comissões em nível nacional e internacional.		
Participações em diretorias e conselhos de sociedades científicas nacionais e internacionais.		
Coordenações de eventos científicos de âmbito nacional e internacional.		
Participações em bancas de concursos para professor universitário em universidades.		
Participações em bancas de doutorado em universidades.		
Participações em bancas de mestrado em universidades.		
Participações em comitês editoriais de periódicos de âmbito nacional e internacional.		
Coordenações de projetos de pesquisa acadêmicos na área do Concurso ou área afim aprovados pelas instâncias competentes das instituições de ensino e/ou pesquisa e/ou agências de fomento.		
Participação em projetos de pesquisa acadêmicos na área do Concurso ou área afim aprovados pelas instâncias competentes das instituições de ensino e/ou pesquisa e/ou agências de fomento.		
Coordenações de atividades de extensão acadêmicos na área do Concurso ou área afim aprovados pelas instâncias competentes das instituições de ensino.		
Participação em projetos de extensão acadêmicos na área do Concurso ou área afim aprovados pelas instâncias competentes das instituições de ensino.		
Organização de eventos acadêmicos na área do Concurso		

Continuação da Decisão nº 446/2014 - CONSUN

(simpósios, congressos, “workshops”, escolas temáticas).		
Prêmios e distinções de natureza técnico-científica, artística ou profissional na área do Concurso.		
Atividades de avaliação e revisão de artigos científicos para revistas e/ou conferências, congressos, simpósios científicos e similares na área do Concurso ou área afim.		
Atividades de avaliação como parecerista ou consultor de órgão de fomento ou instituição de ensino e/ou pesquisa.		
Cargos de Direção em unidades (faculdades, escolas, institutos) e centros acadêmicos universitários.		
Cargos de chefia de departamento e de coordenação de cursos, programas de pós-graduação e de outras comissões (pesquisa, extensão) dentro da Universidade.		
Participações em órgãos colegiados na Administração Central de Universidades.		
Participações em órgãos colegiados no nível das unidades, centros e departamentos.		
Atividade profissional na área do Concurso.		
Outros indicadores, a serem definidos pelo Departamento, objetivamente identificados por ocasião do Edital do Concurso conforme a especificidade e área do Concurso.		
Pontuação do candidato no Grupo de Indicadores atribuída pelo examinador _____ Pontuação_Grupo_1:		

TABELA 2: Grupo de Indicadores de Produção de Conhecimento (Peso mínimo de 30% da nota do exame de títulos e trabalhos)

a) É desejável que o candidato pontue em vários tipos de indicadores da tabela abaixo, não necessariamente em todos, dadas as especificidades de cada área.

b) O peso da tabela abaixo é atribuído pelo Departamento que está organizando o Concurso Público.

c) Cada Departamento definirá os valores máximos dos tipos de indicadores da tabela abaixo de acordo com as especificidades da área do Concurso, sendo que o valor mínimo é zero.

d) O Departamento pode adicionar, modificar, eliminar indicadores da tabela abaixo, de acordo com a área do Concurso.

e) O valor de cada tipo de indicador atribuído pelo examinador reflete a totalidade dos itens daquele tipo de indicador e não os itens individuais que o compõem.

f) A pontuação de cada candidato por grupo de indicadores é calculada pela soma dos valores dos tipos de indicadores obtida pelo candidato (no máximo 10 pontos), multiplicada pelo respectivo peso da tabela abaixo.

g) Se a soma dos valores dos tipos de indicadores obtida pelo candidato for maior do que 10 pontos, o candidato obterá a pontuação máxima de 10 pontos, independentemente da soma dos valores por ele obtida.

h) A pontuação dos candidatos neste grupo de indicadores é calculada pelos examinadores através da seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação_Grupo_2} = \text{Soma_Tabela_2} \times \text{Peso_Tabela_2}$$

Onde:

Pontuação_Grupo_2: Pontuação do candidato no grupo de indicadores da Tabela 2 (no máximo 10 pontos), calculada pelo examinador.

Soma_Tabela_2: Soma dos valores dos tipos de indicadores da Tabela 2 obtidos pelo candidato (saturada em 10 pontos, se for o caso), calculada pelo examinador.

Peso_Tabela_2: Peso do Grupo de Indicadores da Tabela 2; o peso é definido pelo Departamento que organiza o Concurso. O peso deste grupo de indicadores tem valor mínimo de 30% (trinta por cento), ou seja 0,3.

Tabela 2: Grupo de Indicadores de Produção de Conhecimento (peso mínimo de 30% da nota do exame de títulos e trabalhos)

TIPO DE INDICADOR	Valor máximo atribuído pelo Departamento ao tipo de indicador (o valor mínimo é zero)	Valor no tipo de indicador atribuído pelo Examinador ao candidato
Livros na área do Concurso com circulação nacional.		
Livros na área do Concurso com circulação internacional.		

Continuação da Decisão nº 446/2014 - CONSUN

Capítulos de livros na área do Concurso com circulação nacional.		
Capítulos de livros na área do Concurso com circulação internacional.		
Artigos completos na área do Concurso publicados em periódicos indexados com circulação nacional.		
Artigos completos na área do Concurso publicados em periódicos indexados com circulação internacional.		
Artigos completos na área do Concurso publicados em anais de conferência indexados com circulação nacional.		
Artigos completos na área do Concurso publicados em anais de conferência indexados com circulação internacional.		
Artigos resumidos na área do Concurso publicados em anais de conferência indexados com circulação nacional.		
Artigos resumidos na área do Concurso publicados em anais de conferência indexados com circulação internacional.		
Apresentação de palestras e trabalhos a convite na área do Concurso em eventos no país e no exterior.		
Coordenações de grupo de pesquisa na área do Concurso.		
Participação em grupos de pesquisa acadêmicos na área do Concurso.		
Patentes e produtos na área do Concurso.		
Outros indicadores, a serem definidos pelo Departamento, objetivamente identificados por ocasião do Edital do Concurso conforme a especificidade e área do Concurso.		
Pontuação do candidato no Grupo de Indicadores atribuída pelo examinador _____ Pontuação_Grupo_2:		

TABELA 3: Grupo de Indicadores de Atividade Acadêmica (Peso mínimo de 20% da nota do exame de títulos e trabalhos)

a) É desejável que o candidato pontue em vários tipos de indicadores da tabela abaixo, não necessariamente em todos, dadas as especificidades de cada área.

b) O peso da tabela abaixo é atribuído pelo Departamento que está organizando o Concurso Público.

c) Cada Departamento definirá os valores máximos dos tipos de indicadores da tabela abaixo de acordo com as especificidades da área do Concurso, sendo que o valor mínimo é zero.

d) O Departamento pode adicionar, modificar, eliminar indicadores da tabela abaixo, de acordo com a área do Concurso.

e) O valor de cada tipo de indicador atribuído pelo examinador reflete a totalidade dos itens daquele tipo de indicador e não os itens individuais que o compõem.

f) A pontuação de cada candidato por grupo de indicadores é calculada pela soma dos valores dos tipos de indicadores obtida pelo candidato (no máximo 10 pontos), multiplicada pelo respectivo peso da tabela abaixo.

g) Se a soma dos valores dos tipos de indicadores obtida pelo candidato for maior do que 10 pontos, o candidato obterá a pontuação máxima de 10 pontos, independentemente da soma dos valores por ele obtida.

h) A pontuação dos candidatos neste grupo de indicadores é calculada pelos examinadores através da seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação_Grupo_3} = \text{Soma_Tabela_3} \times \text{Peso_Tabela_3}$$

Onde:

Pontuação_Grupo_3: Pontuação do candidato no grupo de indicadores da Tabela 3 (no máximo 10 pontos), calculada pelo examinador.

Soma_Tabela_3: Soma dos valores dos tipos de indicadores da Tabela 3 obtidos pelo candidato (saturada em 10 pontos, se for o caso), calculada pelo examinador.

Peso_Tabela_3: Peso do Grupo de Indicadores da Tabela 3; o peso é definido pelo Departamento que organiza o Concurso. O peso deste grupo de indicadores tem valor mínimo de 20% (vinte por cento), ou seja, 0,2.

Tabela 3: Grupo de Indicadores de Atividade Acadêmica (Peso mínimo de 20% da nota do exame de títulos e trabalhos)

TIPO DE INDICADOR	Valor máximo atribuído pelo Departamento ao tipo de indicador (o valor mínimo é zero)	Valor no tipo de indicador atribuído pelo Examinador ao candidato
Pós-doutorado na área do Concurso.		
Bolsas de Pesquisa e de Extensão obtidas na área do Concurso.		

Atividades de Ensino de Graduação na área do Concurso.		
Atividades de Ensino de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> na área do Concurso.		
Atividades de Ensino em cursos de especialização e extensão na área do Concurso.		
Orientações de graduação (iniciação científica, extensão, trabalho de conclusão, monitoria, estágios) na área do Concurso.		
Orientações e coorientações de Mestrado na área do Concurso.		
Orientações e coorientações de Doutorado na área do Concurso.		
Supervisões de atividades de Pós-doutorado na área do Concurso.		
Outros indicadores, a serem definidos pelo Departamento, objetivamente identificados por ocasião do Edital do Concurso conforme a especificidade e área do Concurso.		
Doutorado na área do Concurso.		
Mestrado na área do Concurso.		
Pontuação do candidato no Grupo de Indicadores atribuída pelo examinador		
<i>Pontuação_Grupo_3:</i>		

Cálculo da Nota Final do Exame de Títulos e Trabalhos:

A nota final do candidato no Exame de Títulos e Trabalhos é calculada pelo examinador através da seguinte fórmula:

$$\text{Nota_do_Exame_de_Títulos_e_Trabalhos} = \text{Pontuação_Grupo_1} + \text{Pontuação_Grupo_2} + \text{Pontuação_Grupo_3} = \underline{\hspace{2cm}}$$

Porto Alegre, de de

NOME DO EXAMINADOR:

ASSINATURA DO EXAMINADOR:

Esta nota do Exame de Títulos e Trabalhos deve ser lançada na Planilha Modelo B pelo examinador.

Planilha previamente rubricada pelo Chefe do Departamento